

Encaixando agendas: análise dos efeitos da agenda nacional de pesquisa em saúde em laboratórios de pesquisa biomédica

RESUMO

A Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), promulgada em 2004, é um marco no estabelecimento de estratégias de indução à pesquisa em saúde no Brasil e, entre outras iniciativas, definiu a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS). O objetivo deste trabalho é compreender os possíveis efeitos da ANPPS na definição de estratégias de pesquisa em laboratórios da área biomédica. Para tanto analisamos como os chefes de quatro laboratórios estruturam agendas locais de pesquisa. Os pesquisadores constroem agendas híbridas, encaixando, segundo seus próprios termos, elementos da agenda nacional, com as agendas de suas áreas de pesquisa, das colaborações nacionais e internacionais, das instituições e dos organismos internacionais. O financiamento, as tensões por autonomia do laboratório, a forte pressão por produtividade e credibilidade estão presentes no trabalho de encaixar agendas.

PALAVRAS-CHAVE: Agendas de pesquisa, política científica e tecnológica, pesquisa em saúde, PNCTIS, ANPPS.

Lucas Nishida

lucasnishida2@gmail.com

Programa de Pós-graduação em
Política Científica e Tecnológica da
Universidade Estadual de Campinas
(PPG-PCT/Unicamp)

Márcia de Oliveira Teixeira

marcia.teixeira@fiocruz.br

Escola Politécnica de Saúde
Joaquim Venâncio da Fundação
Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz)

INTRODUÇÃO

O Brasil tem longa tradição de pesquisa científica em saúde, especialmente nos temas e objetos inseridos na grande área da biomedicina¹. A existência de instituições centenárias, como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Butantan, além de 3.668 grupos de pesquisa, 1575 programas de pós-graduação e 22.544 pesquisadores ativos, segundo as bases de dados do CNPq e da CAPES, exemplificam esta tradição². Ainda assim, o crescimento e a consolidação das pesquisas em biomedicina no país ocorreram na ausência de uma política pública explícita (HERRERA, 2011) e direcionada para ciência e tecnologia (C&T) em saúde. O Ministério da Saúde (MS), criado como estrutura autônoma e dedicada à saúde em 1953 pelo governo Getúlio Vargas (LIMA e PINTO, 2003)³, ausentou-se do processo de constituição da pesquisa em biomedicina até pelo menos o início do século XXI. Essa ausência é mais marcante, até certo ponto surpreendente, quando consideramos que o período de redemocratização nos anos 1980, que culmina com a promulgação da constituição em 1988, também se distingue pelo processo tecnopolítico da reforma sanitária e a implementação de um sistema público e universal de saúde pela assembleia nacional constituinte – o Sistema Único de Saúde (SUS). Embora a pesquisa científica, sobretudo aquela correlacionada aos insumos em saúde (vacinas, medicamentos), estivesse no horizonte de debates da reforma, ficou esmaecida pelo esforço de reorganização dos serviços de saúde.

Entre meados da década de 1990 e o início do século XXI, a C&T torna-se alvo de debates entre instituições de pesquisa, universidades, entidades científicas e empresariais, além de setores da imprensa especializada e algumas entidades não governamentais⁴. Na saúde esses debates desembocam em 1994 na organização da I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde (1ª CNCTS), na qual se discute a formulação e implementação de uma política setorial para C&T (GUIMARÃES, 2004).

Nos primeiros anos do século XXI essa efervescência em torno da C&T se consolida em iniciativas mais consistentes e consequentes para a reorganização da pesquisa nacional no amparo de uma constituição democrática. Assim, em 2001 temos 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia & Inovação (2ª CNCT&I), cujo documento base e relatório final (Livros Verde e Branco) (BRASIL, 2001; BRASIL 2002a) estabeleceram as bases do atual ambiente de C&T. Essas iniciativas também geraram outros efeitos de longo prazo, como a incorporação do conceito de “inovação” no ambiente nacional e a proposição de novo marco legal⁵. No setor da saúde, a XI Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em dezembro de 2000, entre outras recomendações, estabeleceu a organização de uma segunda conferência dedicada à C&T em saúde, prevista para 2004. Neste interregno o MS organizou em 2000 um departamento dedicado à C&T (Departamento de Ciência e Tecnologia - DECIT) e, pouco depois, instituiu o grupo de trabalho responsável pela elaboração do documento “Proposta de Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde” (PPNCTIS) (BRASIL, 2002b). Alguns integrantes do referido grupo participavam também do grupo de trabalho organizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), ativo na organização da 1ª CNCTS e da 2ª CNCT&I, e cujas proposições deram o tom do documento base da PPNCTIS.

O texto final da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) foi aprovado durante a II Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde (2ª CNCTS) em 2004 (BRASIL, 2005a). A Conferência também aprovou a

Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS), prevista pela PNCTIS e tida como elemento estratégico para a organização de ações de indução à pesquisa em saúde coordenada pelo MS (BRASIL, 2005b).

A partir da vigência da PNCTIS, o DECIT/MS assume uma posição ativa no fomento à pesquisa em saúde. O departamento passou a financiar diretamente a atividade de pesquisa por meio de colaborações interministeriais com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), representado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e com o Ministério da Educação (MEC), na figura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); além de acordos com fundações de amparo à pesquisa estaduais (FAPs). Os editais públicos, então lançados, baseavam-se no repertório de problemas e temas da ANPPS de 2004.

Passados 15 anos da implementação da ANPPS quais são os seus efeitos nas pesquisas biomédicas? Em que medida a existência de uma agenda nacional alterou o processo de definição de atividades e de estratégias de pesquisa nos laboratórios nacionais?

A partir desses questionamentos, o objetivo deste artigo é compreender os possíveis efeitos da ANPPS na definição de estratégias de pesquisa em laboratórios de biomedicina. Aqui analisamos como os chefes de 4 laboratórios estruturam suas próprias agendas de pesquisa. Cogitamos que estudos mais sistemáticos e aprofundados da construção de agendas contribuem para a compreensão da dinâmica sociotécnica entre o espaço “laboratório de pesquisa” e as políticas públicas nacionais.

As aproximações, descrições e análises preliminares se deram a partir da leitura de um conjunto de autores circulantes pelos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT). Para os nossos objetivos, privilegiamos o diálogo com as contribuições clássicas de Bruno Latour (2011, 2013), Michel Callon (1984) e John Law (1987, 1997, 2009), em geral, identificadas com o corpo conceitual da teoria do ator-rede (TAR); somando-as às contribuições de autores latino-americanos que problematizam o fazer ciência no sul das Américas, (KREIMER, 2006; VESSURI et al., 2014; DAGNINO; THOMAS, 2001).

A partir desse referencial, pensamos os laboratórios como espaços de tradução⁶, efeito das relações situadas, não lineares e simultaneamente tecnocientíficas e políticas entre coletividades de humanos e não-humanos (LATOURE, 2011). A questão de parte dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT) e da TAR, em especial, é compreender as traduções complexas que associam políticas públicas (locais, nacionais e internacionais), proposições e teorias tecnocientíficas aos agenciamentos de humanos e não humanos no interior dos laboratórios (LATOURE, 2011; CALLON 1984; LAW, 1987). Isso a partir de uma análise que procure respeitar e incorporar a complexidade, a não linearidade, a heterogeneidade e as dinâmicas sociotécnicas das situações analisadas. Neste artigo, trata-se, em grande medida, de pensar como os agenciamentos localizados, ou seja, situados no interior dos laboratórios de pesquisa, permitem analisar agenciamentos de outras ordens, como as ações de grupos de pressão e de organismos internacionais, as disputas em torno do desenho de políticas públicas, as dinâmicas de redes extensas de colaboração; uma vez que todos são constituintes do laboratório (NISHIDA, 2019; HARAWAY, 1995; KREIMER e ZABALA, 2007).

METODOLOGIA

O artigo baseia-se em estudo original realizado no Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fiocruz (NISHIDA, 2019). O estudo, influenciado por análises socioantropológicas, utilizou um conjunto de procedimentos e técnicas da pesquisa qualitativa, descritos a seguir. Explicitamos também os critérios para seleção do corpus.

Sujeitos da Pesquisa

Selecionamos quatro laboratórios de pesquisa em biomedicina vinculados a duas instituições públicas localizadas no município do Rio de Janeiro com atividades nas áreas: terapia celular, virologia molecular, entomologia de mosquitos e hanseníase. A seleção considerou: a) a inserção em programas de pós-graduação; b) a participação em redes nacionais e internacionais de pesquisa em suas respectivas áreas de atuação; c) o perfil de publicações, tomando como referencial as áreas de pesquisa; d) a obtenção ativa de financiamentos junto às agências de fomento nacionais e internacionais e ao MS; e) as respectivas áreas de pesquisa figurarem na ANPPS e no Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS)⁷. Partimos da proposição de que quanto mais inserido nas redes de pesquisa, de financiamento e de ensino, mais o laboratório opera traduções (“encaixes”) locais das agendas de pesquisa nacionais e internacionais (LATOURE, 2011; NISHIDA, 2019).

Pesquisa em bases de dados

Para a coleta dos dados utilizamos três bases, descritas a seguir.

A primeira foi a Plataforma Lattes/CNPq para identificação, análise preliminar e seleção de currículo acadêmico dos pesquisadores. Observamos a formação acadêmica, o perfil das publicações científicas, os periódicos nos quais são revisores e editores; as orientações de pós-graduação; os projetos de pesquisa ativos e anteriores; a participação em comitês científicos e de assessoramento; o perfil da participação em eventos científicos (trabalhos, coordenação de mesas, comissão científica); os financiamentos e outras inserções e vínculos profissionais. O currículo Lattes embora traga sempre algumas imprecisões, por ser de autopreenchimento e autodeclaratório, nos permite formar um quadro da trajetória profissional do pesquisador. Na segunda base, Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq, buscamos informações preliminares para identificação e seleção de laboratórios/pesquisadores que mantivessem parcerias ativas em suas respectivas áreas, bem como um maior detalhamento das linhas de pesquisa e sua produção associada, além dos temas de pesquisa priorizados, em geral, destacados na descrição do Grupo e no próprio nome. A terceira base foi o Pesquisa Saúde que nos permitiu identificar projetos financiados pelo MS e mapear os temas e subtemas prioritários da ANPPS aos quais o financiamento estava relacionado.

Entrevistas semi-estruturadas

As entrevistas com os chefes de laboratório formam o principal *corpus* de análise do estudo no qual o artigo se apoia. A escolha sustenta-se na premissa que os chefes de laboratório desempenham a posição de porta-vozes (LATOURE, 2011) dos seus objetos, projetos e estratégias de ação do laboratório, bem como da equipe de pesquisa. Os chefes atuam tanto na definição, coordenação e supervisão dos trabalhos de pesquisa, quanto na busca de financiamento, no estabelecimento de parcerias formais e informais e na discussão de políticas públicas e agendas de pesquisa.

As entrevistas foram realizadas nos próprios laboratórios e duraram em média pouco mais de 1 hora. As questões do roteiro foram agrupadas em 8 temáticas: Trajetória acadêmica e profissional do pesquisador; Políticas científicas e tecnológicas; Fomento; Grupos científicos e políticos; Atuação enquanto orientador; Relação com SUS; Periódicos científicos; Congressos científicos. As entrevistas foram transcritas e trechos das falas dos chefes de laboratório serão utilizadas na próxima seção.

Conforme acertado no primeiro contato, preservamos a identidade dos laboratórios e de seus respectivos chefes. Para facilitar a descrição, criamos nomes fictícios - Ana, Beatriz, Cláudia e Débora.

DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

“Agendas” é um termo polissêmico. Como o foco é a ANPPS, circunscrevemos uma acepção específica, ou seja, agenda enquanto dispositivo de uma política pública, estatal e setorial de C&T (DIAS, 2011). O esforço de estruturação da ANPPS em 2004 inseriu-se no desenho da PNCTIS, regido pelo MS, do qual participaram atores da academia, representados por entidades como ABRASCO, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e a Federação das Sociedades de Biologia Experimental (FeSBE), além de gestores do MS, do MCT e do MEC, e aqueles reunidos em entidades como Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). A 2ª CNCTIS seguiu a sistemática consagrada pelas Conferências Nacionais de Saúde, organizando-se em delegações de usuários, trabalhadores da saúde, gestores e prestadores de serviços, representantes do setor de educação e de C&T (Brasil, 2004). Sua composição e dinâmica mereceriam um debate mais detido, porém ele extrapolaria os objetivos deste artigo. Para nossos objetivos, importa destacar alguns aspectos da ANPPS e da PNCTIS, complementares aos apresentados na Introdução.

A ANPPS foi estabelecida como ação estratégica para aumentar a capacidade indutiva do MS sobre as pesquisas em problemas considerados prioritários para o SUS e para outras políticas sociais associadas à saúde. A definição de prioridades seguiu critérios epidemiológicos, sociais, éticos, econômicos e observou as possibilidades de encontrar soluções para o problema de saúde (BRASIL, 2004). A estruturação da ANPPS seguiu um processo escalonado, descrito nos Anais da 2ª CNCTIS (BRASIL, 2004): etapas 1 (Contribuições textuais sobre a situação de Saúde e Condições de Vida), 2 (Definição de subagendas em Pesquisa), 3 (Definição de Temas em Pesquisa), a 4 (Consulta pública) e 5 (revisão e aprovação na 2ª CNCTIS). Para nossos objetivos, cabe salientar como as 3 etapas iniciais, responsáveis pela

geração do documento base, disponibilizado para consulta pública, e, posteriormente, analisado na Conferência, ficaram a cargo de especialistas - consultores, membros do comitê assessor e participantes e dos grupos de trabalhos no seminário nacional (etapa 3). Os pesquisadores (desempenhando a posição de gestores em instituições de pesquisa e fomento e chefes de laboratórios nacionais) foram os artífices da Agenda.

O documento final da ANPPS (BRASIL, 2005b) é composto por 24 subagendas de pesquisa em saúde e mescla problemas de saúde persistentes, como a malária e a hanseníase, com problemas emergentes tais como agravos gerados pela rápida mudança nos estilos de vida, urbanização crescente, exposição à poluição e mudanças climáticas. Quanto às tecnologias encontramos a mesma mescla, com alguma centralidade nas subagendas associadas às tecnologias biomoleculares e a bioinformática (BRASIL, 2005b). É um documento tanto prospectivo quanto situado no tempo presente.

Em 2011, com o objetivo de complementar a ANPPS de acordo com o Plano Plurianual 2012-2015 da Política Nacional de Saúde (PNS), o MS lança o documento Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde (PESS) (BRASIL, 2011; URTI et al., 2019). A última atualização da ANPPS ocorreu em 2018 com o lançamento do documento Agenda de Prioridades de Pesquisa (BRASIL, 2018).

A PNCTIS também estabeleceu o programa de financiamento Pesquisa para o SUS (PPSUS), com objetivo de descentralizar a pesquisa em saúde no país, em atuação conjunta com agências de fomento estaduais; propiciou a criação de redes temáticas de pesquisa, como as redes de pesquisa clínica e de terapia celular; e estruturou sistemas de informação digitais para acompanhamento e registro dos financiamentos (Pesquisa Saúde e SisCT) (SANTOS et al., 2011; URTI et al. 2019). Essas estratégias foram citadas textualmente ou compunham o pano de fundo de alguns pontos levantados pelos pesquisadores selecionados em suas respectivas entrevistas, ao discorrerem sobre a constituição das agendas de trabalho nos laboratórios. E essa é a segunda acepção da “agenda” tratada pelo artigo, ou seja, agenda local, agenda de um espaço de produção de ciência determinado, no nosso caso, os quatro laboratórios selecionados.

Caracterizada a ANPPS, passamos à discussão do material sistematizado a partir das quatro entrevistas. Identificamos um conjunto de “temas geradores” associados pelos pesquisadores à constituição de suas agendas locais, ou seja, dos respectivos laboratórios. Temas, esses, por sua vez, vinculados às políticas públicas e às práticas contemporâneas da pesquisa. Eles operam a construção, realizada pelos pesquisadores que chefiam os laboratórios selecionados, de um mapa da situação de cada laboratório em sua rede imediata de relações (LATOURE, 2011), concorrendo, deste modo, para definição de uma agenda do laboratório: a) financiamento; b) políticas indutivas que priorizam o estabelecimento de relações com SUS; c) inserção em redes de cooperação.

Financiamento

Nas entrevistas, a agenda de pesquisa dos quatro laboratórios foi associada ao trabalho de busca por financiamento, indispensável para mantê-los em funcionamento. Esse trabalho foi relacionado à capacidade de expansão e estabilização das redes de cooperação, à manutenção da força de trabalho, além

da aquisição de equipamentos e insumos para pesquisa. Ou seja, assegurar a infraestrutura necessária à prática experimental, à geração de dados e de inscrições (artigos, relatórios e bancos de dados) (LATOURE, 2011).

Nos laboratórios coexistiam financiamentos oriundos de agências públicas nacionais, como CNPq, CAPES e das FAPs, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj); institucionais e fomentos provenientes de organismos internacionais, de empresas, de fundações e consórcios, além das ações do DECIT e do PPSUS. Esses financiamentos eram de demanda espontânea ou oriundos de editais temáticos ligados a políticas indutivas. Os critérios de avaliação variavam pouco, com enfoque na excelência acadêmica dos pesquisadores e, em alguns casos, na relevância social e econômica das pesquisas (SOBRAL, 2009). Sobre a diversificada fonte de financiamento e seus usos, duas chefes comentam:

[...] você tem na Faperj um edital regular, o auxílio à pesquisa 1, que é pouquinho dinheiro, mas todo ano ele está ali. Tem o universal do CNPq, que tem faixas também de menor [montante], mas todo ano ele está ali. Tem a bolsa do cientista do Nosso Estado, tem a bolsinha do CNPq, quando você está no nível 1. Essas vão ajudando. Mas aí você vai lá, tem um temático, você vai ver se você se encaixa em algum [...] (Pesquisadora Ana).

Tem esse programa institucional, eu achei interessante, mas também são recursos que se você for ver, são pequenos para a pesquisa. Se você considera por exemplo, se eu compro um reagente, ele sai com as taxas, com importação, eles são caríssimos, demorados de chegar, então é difícil (Pesquisadora Beatriz).

Os depoimentos destacam situações comuns à maior parte dos laboratórios nacionais. As instituições de ensino e pesquisa proveem o básico para instalação e manutenção dos laboratórios como abastecimento de água, gás, comunicação e internet e energia elétrica; acrescido, em alguns casos, de uma lista genérica de reagentes e a manutenção preventiva de alguns equipamentos como sistema de refrigeração, geladeiras, freezer e a calibração de balanças e pipetas. Os recursos para aquisição de tudo mais, indo dos reagentes específicos (ou mais caros) até a aquisição de equipamentos mais especializados e seus sistemas, passando pelas manutenções preventivas e corretivas dependem dos financiamentos obtidos pelos pesquisadores. Dada a pulverização e a falta de continuidade de muitos financiamentos, os recursos não são suficientes para o desenvolvimento total do projeto proposto. A estratégia traçada pelos chefes de laboratórios é apresentar subprojetos, derivações de um único projeto de maior envergadura, concorrendo simultaneamente a vários editais. Essa estratégia tem impactos na definição de agendas e na gestão do trabalho interno ao laboratório, tratados a seguir.

A pesquisadora Débora aponta que “em tempos de maior financiamento, o pesquisador tem uma certa autonomia para definir suas linhas de pesquisa”. Ao longo do seu depoimento, identificamos que a categoria “autonomia” descrevia a possibilidade de manejar o orçamento do laboratório de modo a definir e compor linhas de pesquisa não imediatamente vinculadas às linhas estabelecidas pela instituição, pelas agências ou pelos editais abertos no momento. O maior fluxo de recursos permitiria que os projetos do laboratório, sejam em linhas de trabalho

novas ou na permanência de uma linha já existente, se beneficiassem da infraestrutura e estabilidade assegurada pelo conjunto de financiamentos obtidos pelo(s) projeto(s) principal(is) do laboratório em um determinado momento.

Adiante, Débora complementa: “a gente tenta estruturar, alinhar a pesquisa que é desenvolvida inclusive, ao financiamento e aos grandes temas da área” (Pesquisadora Débora). Ela aponta uma outra dimensão do trabalho de composição de financiamento gerido pelos chefes. Nesta segunda dimensão, que não está descolada da anterior, quanto maior o volume e/ou a diversidade de financiamentos, mais a agenda de pesquisa do laboratório ficará comprometida e afinada com as agendas das instituições e entidades (nacionais e internacionais) de financiamento. Há uma tensão permanente entre “autonomia” (constituir e gerir uma agenda local) e maior “comprometimento” produzida pelo trabalho de composição de financiamentos e pela necessidade de manter um alto fluxo de recursos circulando pelo laboratório. A gestão desta tensão produz assimetrias entre os projetos de pesquisa e as agendas externas incorporadas pelo laboratório; tensões que, em última instância, compõem a agenda local de um laboratório de pesquisa.

Estas tensões e o trabalho de reconstituição permanente da agenda local a partir da composição de diferentes financiamentos, nos dizem do próprio trabalho de constituição de agendas sejam elas locais, nacionais e internacionais. Porque há um elemento comum, independente da escala micro e macro, interna, nacional ou internacional (LATOURE, 2011). A partir das entrevistas e sua confrontação com literatura (LATOURE, 2011; LAW, 1992; 2009; NISHIDA, 2019) é possível considerar como as agendas são sempre efeitos de relações assimétricas de poder, cuja assimetria maior ou menor é contingencial. Precisamos examinar outros elementos para desenvolver plenamente nosso argumento. Por ora, o volume do financiamento ou a possibilidade de financiar, por meio dele, a aquisição de algum equipamento, a participação em reuniões científicas ou a organização de um evento científico (exemplos dados pelos quatro pesquisadores entrevistados) são fatores que produzem assimetrias, ou seja, novos agenciamentos (LATOURE, 2011) que interferem (LAW, 2009), por sua vez, na agenda local. A pesquisadora Beatriz, ao receber um grande financiamento do *National Institute of Health* (NIH) dos Estados Unidos, relata que o laboratório intensificou suas atividades, priorizando elementos com os quais pudesse estabelecer redes de relações mais fortes (LATOURE, 2011) com a agenda do NIH, enfraquecendo momentaneamente ações realizadas no âmbito de outras redes locais, desfinanciadas ou com recursos insuficientes. Neste sentido as agendas são efeitos de relações situacionais (NISHIDA, 2019). Tratar de agendas somente em termos de escolhas é operar uma purificação dessituada das relações e dinâmicas de poder que atravessam e constituem o cotidiano dos laboratórios de pesquisa (LATOURE, 2011; 2013; LAW, 2009).

Políticas indutivas que priorizam o estabelecimento de relações com o SUS

A partir de 2004 pesquisadores nacionais contaram com uma série de editais, programas de indução e estímulo à formação de redes temáticas que passaram a representar importantes novas fontes de recursos. O elemento agregador destas ações era exatamente a ANPPS (NISHIDA, 2019). Nesta etapa do texto, continuamos a explorar o financiamento. Mas agora trata-se de compreender a

dinâmica dos agenciamentos nacionais e a carga do MS, que provocam ou não interferências nas agendas locais. Reuniremos elementos acerca das relações entre política indutiva que prioriza o SUS, orientada pelos temas e subtemas da ANPPS, com as agendas locais dos quatro laboratórios.

As pesquisadoras entrevistadas enxergavam suas pesquisas como conectadas ao SUS, direta ou indiretamente. Indicaram o envolvimento dos respectivos laboratórios com a pesquisa clínica, com parcerias com serviços de saúde, com a prestação de serviços de referência em diagnósticos⁸, com a capacitação profissional ou ainda a participação em comitês assessores do MS.

A PNCTIS foi citada como influência positiva sobre a pesquisa realizada nos laboratórios não circunscrita ao financiamento e seu eventual aumento. Havia uma percepção clara e uma positividade de outros aspectos relevantes como: 1) a importância do estímulo à criação de redes temáticas interinstitucionais; e 2) o estabelecimento (ou a tentativa) de formas de acompanhamento e avaliação dos projetos com vistas ao desenvolvimento efetivo de produtos com potencial para transferência ou uso para/pelo SUS. O trecho a seguir é expressivo dessa percepção:

Esses [editais] de fígado inclusive, eu apliquei, eu ganhei. E a gente tem que ir lá na Faperj mostrar o andamento do primeiro ano, do segundo ano. [...] Tem uma banca para avaliar o impacto disso para o SUS e se o gasto está sendo corrido. Então a gente tem esse financiamento que foi ótimo (Pesquisadora Ana).

As entrevistadas destacaram, em diferentes momentos, as redes temáticas de pesquisa, criadas e apoiadas pela PNCTIS, como facilitadoras da interação e da comunicabilidade entre grupos de pesquisa nacionais. Ana, em especial, destacou a importância das redes e dos editais temáticos para a área de terapia celular. Analisando o conjunto de depoimentos, é possível dizer que a PNCTIS, por meio das redes e dos editais temáticos, passou a ser um ator relevante para a ampliação e/ou consolidação da rede de relações dos laboratórios nacionais em diversas áreas de pesquisa⁹. A introdução de uma sistemática de acompanhamento dos projetos financiados, indicada na fala de Ana, pode ser entendida como um elemento que reforça o agenciamento da PNCTIS pelas agendas locais.

Indagamos às entrevistadas como as pesquisas nos respectivos laboratórios eram afetadas pela PNCTIS, mas sobretudo pelos editais indutivos de pesquisa para o SUS, direcionados pela ANPSS, lançados pelo MS em colaboração ou não com agências e fundações nacionais de apoio a pesquisa. O intuito era explorar as possíveis interferências nos temas em si, a exemplo do citado com o NIH. As respostas de Cláudia e Ana são emblemáticas.

É, a gente acaba não mudando muito [nossa pesquisa], mas se eu trabalho com uma célula de um paciente idoso e sai um edital de envelhecimento, aí eu tento juntar uma coisa com a outra para falar de envelhecimento de alguma forma. Mas assim, mostrando que eu vou usar para aquilo mais alguma coisa (Pesquisadora Ana).

[...] tem um [edital] temático, você vai ver se você se encaixa em algum e às vezes você dá um jeito de se encaixar, porque você precisa daquela oportunidade. Então mesmo que não seja exatamente a área que a gente gostaria de trabalhar, a gente vê [o que] daquela chamada [...] pode tentar extrair (Pesquisadora Ana).

“Não. Se por um acaso encaixar, encaixou. Mas de modo geral, a gente acaba encaixando alguma coisa, porque a gente quer responder. Então zika entrou, a gente poderia ficar de braço cruzado né” (Pesquisadora Cláudia).

Quando Ana diz “(...) mostrando que eu vou usar para aquilo mais alguma coisa”, consideramos que a ação aqui é estabelecer uma associação entre a problemática do envelhecimento, tema prioritário da ANPPS em torno da qual o edital estava organizado, e o tema principal do seu laboratório. Cláudia parece contradizer Ana, mas termina de fato descrevendo a mesma ação. De imediato a categoria empírica “encaixe” usada por ambas para descrever e analisar o exercício de estabelecer associações entre suas temáticas de pesquisa e aquelas induzidas e financiadas pelo MS, nos pareceu central para compreensão da dinâmica de relações dos laboratórios, suas agendas e as possíveis interferências operadas por políticas indutivas. As interferências produzem um trabalho de encaixe.

Tomamos as ações sociotécnicas expressas pela categoria empírica “encaixe” muito similares à operação de tradução, tal qual descrita e proposta por Bruno Latour (2011), Michel Callon (1984) e John Law (1992; 2009), por se tratar de um processo relacional, situacional e contingente que opera deslocamentos nos objetos sociotécnicos, no caso, a agenda do laboratório, de acordo com a rede de relações heterogêneas tecida.

Analisar o encaixe e a possibilidade de tomá-lo como uma tradução, nos fez retomar os trechos anteriores nos quais a pesquisadora Beatriz analisava os efeitos do financiamento do NIH em sua agenda. Estávamos na presença do “encaixe”, ou seja, era possível tratar aquela situação como configurando uma ação ou prática de fazer encaixes entre agendas, no caso local/internacional. Entretanto, quando analisamos as entrevistas de Beatriz e as demais pesquisadoras nos trechos que abordavam especificamente as estratégias de financiamento, identificamos assimetrias operadas pela posição sociotécnica de entidades nacionais e internacionais, bem como por temáticas presentes na ANPPS ou privilegiadas pelos editais indutivos (tratados acima). O que nos levou ao próximo tema gerador, a inserção dos laboratórios em redes de cooperação. O ponto era entender como esta inserção participa do processo de constituição de agendas e o tipo de interferências produzidas. Nossa pressuposição é que a cooperação opera interferências que também produzem assimetrias entre as agendas locais e as nacionais e internacionais; assimetrias no sentido de fortalecerem ou enfraquecerem temas, estratégias, objetos e até a decisão de submeter projetos a determinados editais em detrimento de outros similares.

Inserção em redes de cooperação

Uma dificuldade para a análise dos dados foi compreender os sentidos associados à cooperação e à inserção em redes de pesquisa. Porque as 4

pesquisadoras faziam pequenas e, em algumas ocasiões, nenhuma diferenciação entre cooperações baseadas em acordos formais e cooperações informais, como contatos efetuados em eventos científicos ou durante defesas de teses e seminários. Tomavam tudo como trabalho de inserção em redes de pesquisa para cooperação científica. De modo geral, o temário “inserção em redes de pesquisa” e “cooperação científica” estava associado ao esforço de internacionalização, ou seja, de inserir o laboratório em redes de pesquisa pertencentes e/ou financiadas por instituições e agências internacionais, notadamente da América do Norte, da Europa ou do Leste Asiático. A opção foi respeitar a multiplicidade de sentidos, porque o intuito é compreender como estes trabalhos se entrelaçam e participam da construção da agenda.

A caracterização dos quatro laboratórios e da trajetória acadêmica de seus chefes, teve como ponto comum a elevada internacionalização e a quantidade de investimento (trabalho individual e coletivo) realizado para estabelecer cooperações e ampliá-las. Temática que figura em parte dos estudos de laboratório realizados na década de 1980 e foi bem descrita em livros clássicos de Bruno Latour (LATOURE, 2011; LATOURE e WOOLGAR, 1997). Latour (2011) destaca como há um transbordamento da autoridade científica entre instituições participantes da rede. Instituições que gozam de maior credibilidade e, portanto, autoridade científica, transferem temporariamente parte deste capital para aquelas instituições e grupos de pesquisa cuja autoridade científica não é internacionalmente reconhecida. Esse processo de distribuição de autoridade e cessão temporária de poder de mobilização de aliados em uma rede de relações, cujas partes se autorreferenciam, Latour chamou de ciclo de credibilidade (LATOURE e WOOLGAR, 1997). A análise feita na base Lattes (NISHIDA 2019), permitiu observar a predominância de apresentações de trabalhos em congressos internacionais e da publicação em periódicos estrangeiros, com alta pontuação nas bases de indexação internacionais e cuja língua corrente é o inglês. Essa é uma outra forma de distribuição de autoridade, no caso entre publicações científicas com grande autoridade e grupos de pesquisa. A pesquisadora Ana comenta: “[..] às vezes existem algumas estratégias de ter um colaborador, por acaso, internacional naquele trabalho. Pode te ajudar que aquele trabalho seja visto de uma forma menos segregatória” (pesquisadora Ana).

Cláudia destaca dois pontos interessantes sobre a circulação em eventos internacionais e a leitura e debate sistemáticos de artigos publicados em periódicos de alto impacto, em geral, realizados sob a forma de seminários semanais ou quinzenais internos aos laboratórios.

Às vezes o aluno entra, não tem um projeto pronto e a gente pede para ele fazer uma apresentação de um trabalho que é relacionado ao projeto dele e que é bem legal, que ele leu na Science [...]. Aí ele apresenta aquele trabalho aqui, dizendo que ele está pensando em fazer uma tese que é pegar esse pedaço do trabalho como modelo (Pesquisadora Cláudia).

Porque você vê nos congressos, você escutou falar que em tal lugar nos EUA, na Alemanha, na França estão fazendo (Pesquisadora Cláudia).

Os dois trechos são representativos das quatro entrevistas. Ambos estabelecem formas de atualizar as agendas de pesquisa de cada laboratório, de identificar temas e tecnologias novas e prospectar novos possíveis objetos, projetos e estratégias de pesquisa. Novamente temos diferentes dimensões do trabalho associadas. A dimensão individual diz respeito à construção de carreira acadêmica, a escolha de temário de teses e pesquisa, aliada às operações de fortalecimento do laboratório em seu meio sociotécnico. Como observa Bruno Latour (2011) em diferentes ocasiões não há uma separação rigorosa entre micro/macro ou entre individual e coletivo.

Os dois trechos também permitem tratar de um ponto relevante para análise de agendas e da produção de ciência em países da América Latina. Os processos de formação se mostram centrais para a internacionalização de grupos de pesquisa brasileiros (KREIMER, 2006). Três das quatro entrevistadas fizeram pós-doutorado no exterior, no caso, nos EUA, na França e na Holanda. As parcerias estabelecidas no período perduraram e permitiram que pesquisadores em formação em seus respectivos laboratórios completassem sua formação nas mesmas instituições: “Mantenho [relações com o grupo internacional], porque eu fiz pós-doutorado lá e já mandei 1, 2, 3, 4, 5. 5 alunos meus já foram para o exterior e fizeram doutorado sanduíche lá” (Pesquisadora Cláudia).

As políticas científicas e tecnológicas (PCT) brasileiras, por sua vez, desempenham uma posição central nos processos de internacionalização. Primeiro, porque muitas das próprias PCT foram estabelecidas a partir da atuação de organismos internacionais. É o caso da PNCTIS e da ANPPS, a partir da atuação da Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Panamericana de Saúde (Opas) e *Council on Health Research for Development* (COHRED) (ANDRADE e CARVALHO, 2015). Segundo, porque, por vezes, nossas PCT emulam políticas internacionais, sem a devida contextualização local (nacional) (DAGNINO e THOMAS, 2001; KREIMER, 2006). Terceiro, porque as PCT favorecem, chegando a premiar, os laboratórios mais inseridos em redes globais de pesquisa. A avaliação periódica dos programas de pós-graduação pela CAPES é exemplar ao atribuir nota máxima (convertidas em bolsas e apoio a participação em eventos) aos cursos com professores e alunos estrangeiros e maior volume de publicações internacionais. Baumgarten (2004) associa a atuação de organismos internacionais sobre as PCTs com o aumento e valorização das lógicas avaliativa e competitiva na distribuição do fomento entre os grupos de pesquisa.

A associação a laboratórios internacionais, particularmente dos países centrais do capitalismo, não se dá em termos de simétricos. Kreimer (2006) salienta a integração subordinada dos países latino-americanos às redes globais de pesquisa, seja fornecendo amostras, seja reproduzindo experimentos. Porém, como efeito, os grupos latino-americanos que mais se internacionalizam publicam mais, recebem mais financiamentos e têm mais prestígio local. Por outro lado, submetem suas agendas locais à interferência das agendas internacionais.

Ainda sobre os processos de internacionalização, quando questionada sobre os critérios que utiliza para decidir os palestrantes convidados para congressos nacionais, Ana diz que “a gente tenta trazer alguém de um grupo que esteja publicando muito bem, que esteja com renome internacional e para quem a gente quer mostrar nossa pesquisa e nossos trabalhos e convidar para nossa casa” (Pesquisadora Ana). Ela descreve um ator que mantém posições centrais nos processos de produção do conhecimento (LATOURET, 2011), capaz de fortalecer as

redes que agencia pelo renome internacional e por sua alta produtividade acadêmica. São também esses atores que ocupam cargos nos conselhos deliberativos e outras instâncias de gestão das agências de fomento.

[...] são pesquisadores de CNPq que têm um renome mais pesado em algumas áreas. Tem os colegas que se disponibilizam em estar na direção do CNPq, em estar na direção de Ministérios, em grupos e a gente vai mobilizando esses próprios pares para que eles ajudem que a gente formule as agendas (Pesquisadora Ana).

E os pesquisadores de “renome mais pesado” são justamente aqueles profunda e assimetricamente inseridos nas redes globais de pesquisa, aqueles que publicam e ocupam posições nos conselhos editoriais dos periódicos avaliados como de excelência, aqueles que recebem bolsas de produtividade. Esses são os atores que formulam agendas de pesquisa nacionais, portanto, para eles a distância entre a agenda praticada no laboratório e agenda proposta pelas instituições de fomento é mínima (KREIMER e ZABALA, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste espaço para considerações finais do artigo, propomos retornar brevemente à pergunta orientadora da pesquisa para tecer algumas reflexões a partir da discussão proposta nos três “temas geradores”. Cabe destacar que essa divisão que fizemos das nossas observações é em grande medida artificial, porque na prática não há separação, eles se entrelaçam e formam uma pragmática difícil de ser deslindada, uma rede (LATOURE, 2001; LAW, 2009).

A implementação da ANPSS interfere na definição de estratégias dos laboratórios biomédicos produzindo um trabalho de “encaixe” nas agendas locais. Aproximamos essa categoria do processo de tradução, descrito por autores consagrados dos estudos de laboratório (LATOURE, 2011; LAW, 2009). O encaixe da ANPSS nas agendas locais se situa nas tensões e relações de poder que estabelecem e ampliam a rede-laboratório: na busca por financiamentos diversos (e, portanto, na preocupação com produtividade acadêmica), na inserção em redes de cooperação internacionais (e, portanto, no esforço de estabelecer credibilidade e autoridade científica).

Também gostaríamos de caracterizar as agendas locais do laboratório, estabelecidas a partir de “encaixes”, com a objetos sociotécnicos híbridos (LATOURE, 2013). O processo de “encaixe” relatado, que traduz objetos e temas de pesquisa do laboratório, prioridades de agendas nacionais e internacionais, critérios de relevância social na saúde e produtividade acadêmica, é ao mesmo tempo social e técnico, local e global, micro e macro. Esse movimento constitui uma rede com diferentes entradas e saídas, um rizoma.

Cabe, no entanto, trazer aqui uma observação clássica de Bruno Latour, a de que ciência não coloca problemas para os quais ela já não disponha de instrumentos tecnocientíficos e intelectuais para enfrentar (LATOURE, 2011). Os processos de “encaixe” e tradução operados nos laboratórios para definição de

suas agendas locais sempre ocorrem de acordo com técnicas, métodos, protocolos e lógicas estabelecidos e possíveis no laboratório (KREIMER e ZABALA, 2007).

Por fim, também gostaríamos de destacar como ao longo deste estudo, nas referências utilizadas, sobretudo aquelas referentes às PCT e ao longo das entrevistas, os pacientes, os movimentos sociais e associações foram atores senão ausentes, apenas bastante discretos. As agendas e PCT falam em nome da população e partem dos problemas que a afligem. No entanto, as políticas ainda se apresentam como algo próprio dos pesquisadores/gestores com atuação de excelência em C&T.

Fitting agendas: analysis of the brazilian national agenda of research in health effect over biomedical research laboratories

ABSTRACT

The National Policy for Science, Technology and Innovation in Health (PNCTIS), promulgated in 2004, is a milestone in the establishment of strategies of induction of researches in health in Brazil. Among other strategies, it created the National Agenda of Research Priorities in Health (ANPPS). This paper aims to comprehend possible ANPPS effects in the definition of research strategies in research laboratories in the biomedical field. For that, we analysed how four laboratory's principal investigators structures their local research agendas. The researchers build hybrid agendas, fitting, using their own terms, elements of the national agenda, from agendas of their field of study, agendas from national and international collaborations and from international institution and organisms. Financing, tensions of autonomy and a strong pressure for productivity and credibility are presents in the work of fitting agendas.

KEYWORDS: Research agenda, Science and Technology Policy, Health Research, PNCTIS, ANPPS

NOTAS

¹ Estamos aqui circunscrevendo uma área da pesquisa em saúde que abrange as ciências da saúde e as ciências biológicas.

² Os dados são relativos ao ano 2016, consideramos para contabilização (grupos de pesquisa e pesquisadores) a grande área das ciências biológicas. No caso da pós-graduação, agregamos os dados relativos às ciências biológicas e às ciências da saúde.

³ Até 1953 a saúde era tratada pelo Ministério da Educação e Saúde. É interessante também observar que a década de 50, no âmbito do governo Getúlio Vargas, marcado pela influência de ideais nacionalistas das teses desenvolvimentistas, então emergentes, assistiu também a criação do CNPq (1951) e da CAPES (1950), ambas são instituições fundamentais para a organização, crescimento e consolidação da pesquisa científica.

⁴ Esta movimentação está afinada com mudanças no ambiente de pesquisa acadêmica em vários países e a ação de organismos internacionais (ANDRADE e CARVALHO, 2015).

⁵ Destacamos aqui a Lei de Inovação (10.973/2004) e a Lei da Biossegurança (11.105/2005).

⁶ Alguns autores nacionais defendem o uso do termo “translação” em lugar de “tradução”. A opção aqui foi manter “tradução”. Compreendemos, entretanto, que ambos os usos procuram destacar o processo de produção de alianças, parcerias e da desconstrução de fatos e enunciados que gradualmente opera deslocamentos de sentidos e a produção de fatos e artefatos em detrimentos da desmaterialização de outros fatos e artefatos. Processo que corre até a produção de uma caixa preta, um conjunto mais estável de fatos e enunciados, permanentemente atualizado e que constituem a base de novos fatos e enunciados (LATOURETTE, 2011).

⁷ O PPSUS após a implementação da PNCTIS se constituiu na principal dispositivo de fomento à pesquisa tecnocientífica do MS.

⁸ No caso por intermédio da manutenção de um ambulatório.

⁹ Análise corroborada pela dissertação de Vinícius Klein sobre a Rede Nacional de Pesquisa Clínica (KLEIN, 2018)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) do Ict-Fiocruz, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e as instituições e pesquisadores que colaboraram no financiamento e condução deste estudo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Priscila Almeida; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. International cooperation for science and technology development: a way forward

for equity in health. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 49-67, Mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702015000100049&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15/03/2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702015000100004>.

BAUMGARTEN, M. Avaliação e gestão de ciência e tecnologia: Estado e coletividade científica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 70, p. 33-56, 2004. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/1046>>. Acesso em 15/03/2021

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Seção 1 - Página 1. (Publicação Original)

BRASIL. Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 mar. 2005. Seção 1 - Página 1. (Publicação Original)

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 out. 2006. Seção 1 - Página 1. (Publicação Original)

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Academia Brasileira de Ciências. **Ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira - livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia/Academia Brasileira de Ciências; jul 2001. 250p.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação**. Brasília:Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002a. 80p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde. **Proposta de Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PPNCTIS)**. Brasília:Ministério da Saúde, 2002b. 30p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. Anais**. Brasília:Ministério da Saúde. 1. ed; 2004. 272 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Política Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação em Saúde**. Brasília:Ministério da Saúde. 1. ed; 2005a. 39 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde**. Brasília:Ministério da saúde 1. ed; 2005b. 63 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. **Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde - PESS**. Brasília:Ministério da saúde 1. ed; 2011. 100 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde**. Brasília:Ministério da saúde 1. ed; 2018. 26 p.

CALLON, M. Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieuc Bay. **The Sociological Review**, v. 32, n. 1_suppl, p. 196-233, 1984. Disponível em: <

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-954X.1984.tb00113.x>>. Acesso em 15/03/2021

DAGNINO, R.; THOMAS, H. Planejamento e Políticas Públicas de Inovação: Em direção a um marco de referência latino-americano. **Planejamento e Políticas Públicas (PPP/Ipea)**, n. 23, p. 205–231, 2001. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/76/86>> Acesso em 15/03/2021

DIAS, R. D. B. O que é a política científica e tecnológica? **Sociologias**, v. 28, p. 316–344, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-45222011000300011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 15/03/2021

GUIMARÃES, R. Bases para uma política nacional de ciência , tecnologia e inovação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 2, p. 375–387, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232004000200014&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 15/03/2021

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em 15/03/2021

HERRERA, A. O. Los determinantes sociales de la política científica en América Latina. Política científica explícita y política científica implícita. In: SABATO, Jorge A. (Comp.). **El pensamiento latinoamericano en la problemática ciencia-tecnología-desarrollo-dependencia**. Buenos Aires: Ediciones Biblioteca Nacional, 2011. p. 151-170. (Colección PLACTED) ISBN 9789871741144. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=100797&opt=1>>. Acesso em 15/03/2021

KLEIN, V. P. **A pesquisa clínica no brasil: Uma análise preliminar a partir da RNPC**. 2015. 144 p. Dissertação (Mestrado em comunicação e informação em saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/14362>>. Acesso em 15/03/2021

KREIMER, P. ¿Dependientes o integrados? La ciencia latinoamericana y la nueva división internacional del trabajo. **Nómadas**, n. 24, p. 199–212, 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105116598017>>. Acesso em 15/03/2021

KREIMER, P.; ZABALA, J. Producción de conocimientos científicos y problemas sociales en países en desarrollo*. **Nómadas**, n. 27, p. 110–122, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105116595010>>. Acesso em 15/03/2021

LATOUR, B. **Ciência em Ação: Como seguir cientista e engenheiros sociedade afora**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **Vida de Laboratório**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.

LAW, J. Actor Network Theory and Material Semiotics. In: TURNER, B. S. **The New Blackwell Companion to Social Theory**, Blackwell Publishing:Oxford, Reino Unido 1.ed p. 141–158, 2009.

LAW, J. Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy, and Heterogeneity. **Systems Practice**, v. 5, n. 4, p. 379–393, 1992. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/BF01059830>>. Acesso em 15/03/2021

LAW, J. Technology and Heterogeneous Engineering: The Case of Portuguese Expansion. In: BIJKER, W. E.; HUGHES, T. P.; PINCH, T. (Eds.). **The Social Construction of Technological Systems: New Directions in the Sociology and History of Technology**. 1. ed. Cambridge: MIT Press, 1987. p. 111–134.

LIMA, A. L. G. S.; PINTO, M. M. S. Fontes para a história dos 50 anos do Ministério da Saúde. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1037-1051, Dec. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15/03/2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000300012>.

NISHIDA, L. **A pesquisa tecnocientífica e o SUS. A tradução de agendas de pesquisa em laboratórios biomédicos**. 2019. 170 p. Dissertação (Mestrado em comunicação e informação em saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43957>>. Acesso em 15/03/2021

NOVAES, H. M. D.; GOLDBAUM, M.; CARVALHEIRO, J. D. R. Políticas científicas e tecnológicas e saúde. **REVISTA USP**, v. 51, p. 28–37, 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35095>>. Acesso em 15/03/2021

SANTOS, L. M. P. et al. Fulfillment of the Brazilian Agenda of Priorities in Health Research. **Health Research Policy and Systems**, v. 9, n. 1, p. 35, 31 dez. 2011. Disponível em: <<https://health-policy-systems.biomedcentral.com/articles/10.1186/1478-4505-9-35>>. Acesso em 15/03/2021

SOBRAL, F. A. F. Qualidade acadêmica e relevância social e econômica da educação superior. **Cadernos CEDES**, v. 29, n. 78, p. 227–241, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32622009000200006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 15/03/2021

URTI, C. T., SOARES, M. C. C. e VARGAS, M. Priorizações das necessidades do sistema público de saúde e produção de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad -CTS**, v. 14, n. 40, p. 135-165, 2019. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6873897>>. Acesso em 15/03/2021

VESSURI, H.; GUÉDON, J. C.; CETTO, A. M. Excellence or quality? Impact of the current competition regime on science and scientific publishing in Latin America and its implications for development. **Current Sociology**, v. 62, n. 5, p. 647–665, 2014. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0011392113512839>>. Acesso em 15/03/2021

Recebido: 05/04/2021

Aprovado: 24/03/2022

DOI: 10.3895/rts.v18n52.14037

Como citar: NISHIDA, L.; DE OLIVEIRA TEIXEIRA, M. Encaixando agendas: análise dos efeitos da agenda nacional de pesquisa em saúde em laboratórios de pesquisa biomédica. *Rev. Technol. Soc.*, Curitiba, v. 18, n. 52, p.186-205, jul./set., 2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/14037>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

